



**Ata da 42ª (quadragésima segunda) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 15 (quinze) de Dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.**

Às 17 (dezessete) horas do dia 15 (quinze) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 045/2025, do Poder Executivo, que cria a Gratificação por Serviço Externo destinada aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Altaneira, e dá outras providências – Relator sorteador: Vereador Zé de Zuza; Item 2: Ofício nº 204/2025, do Poder Executivo, em resposta ao Requerimento nº 109/2025, encaminhado pelo Ofício nº 169/2025/GP; Item 3: Ofício nº 206/2025, do Poder Executivo, em atenção ao artigo 3º da Lei Municipal nº 996/2025, encaminhamos, em anexo, cópia do Decreto Orçamentário nº 013/2025; Item 4: Ofício nº 104/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 112/2025 – autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando iluminação pública para as localidades: Avenida Vicente Cachacinha e do Parque de Eventos João de Almeida Braga até a antiga Escola do Sítio Estevão; Item 5: Ofício nº 105/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 114/2025 – autoria do Vereador Zé de Zuza, solicitando o estudo do escoamento de água da Avenida Francisco Alves Bitu, próximo a localidade de Chico Bitu e Item 6: Ofício nº 106/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta a fala do Vereador Professor Nonato, proferida na sessão na Câmara Municipal realizada no dia 01/12/2025, relatando que o Secretário de Infraestrutura não respondia aos seus requerimentos enviados a esta secretaria. Em uma questão de ordem, o vereador Professor Nonato manifestou estranheza quanto à leitura do último item contendo respostas a dois requerimentos de sua autoria. Registrou que, apesar de o secretário municipal de infraestrutura afirmar que ele estaria mentindo quando afirmou que a referida secretaria não respondia seus pedidos, teve que enviar à Casa respostas desses dois últimos requerimentos após as suas cobranças em Sessão Ordinária. Reforçou que não precisa mentir à população de Altaneira, ao contrário do secretário Antônio Leite, lembrando que o mesmo afirmou, na Tribuna da Casa, que garis estariam prestando serviço voluntário, porém, após, esses mesmos servidores cobraram aos vereadores os seus salários atrasados. Seguindo para os registros da Presidência, inicialmente o Presidente Professor Deza Soares registrou as seguintes celebrações: no dia 10 (dez) de dezembro, a Câmara Municipal de Altaneira realizou homenagens pelo Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Dia da Inclusão Social, reafirmando o compromisso com a dignidade, a igualdade e o respeito às diferenças. Na mesma data, registrou homenagem à localidade Serra do Valério pelos seus 107 (cento e sete) anos de história e contribuição para o município. Informou ainda que, no dia 11 (onze) de dezembro, foram prestadas homenagens nas redes sociais oficiais da Câmara pelo Dia do Engenheiro e pelo Dia Internacional da Saúde Universal, destacando a importância do acesso igualitário à saúde. No dia 12 (doze) de dezembro, foi lembrado o Dia do Plano Nacional de Educação, reforçando a relevância da educação pública de qualidade, e no dia 14 (quatorze) de dezembro, a Câmara homenageou o Ministério Público pelo seu papel na defesa da ordem jurídica e da democracia. Seguidamente, o Presidente divulgou convite para o Hasteamento das Bandeiras no Dia do Município, 18 (dezoito) de dezembro, às 7 (sete) horas e 30 (trinta) minutos, na sede da Câmara Municipal. Registrou ainda a visita dos alunos do 1º (primeiro) ano da Escola Municipal Joaquim Rufino, que conheceram as dependências e o funcionamento do





Poder Legislativo. Por fim, informou que a prestação de contas da gestão será realizada após o recesso parlamentar, anunciou a previsão de melhorias estruturais na Câmara, inclusive anunciando que está previsto também a aquisição de um terreno para a construção dos Gabinetes dos vereadores – dispondo à cada vereador uma assessoria –, bem como para um arquivo e, havendo ainda espaço suficiente, para a construção de um novo auditório para atender as demandas do município, e comunicou a realização da confraternização do Legislativo, marcada para o dia 20 (vinte) de dezembro. Em uma questão de ordem, o vereador Júnior do Povo registrou que ouviu atentamente a fala do Presidente e agradeceu, de forma especial, pelas ações anunciadas, principalmente quanto à proposta de garantir gabinete e um assessor para cada parlamentar, destacando que fez essa solicitação e que essa medida atende a uma necessidade real dos vereadores, diante das demandas diárias de trabalho. Ressaltou que a iniciativa é importante não apenas para os atuais parlamentares, mas também para os que vierem a exercer mandato futuramente, e acrescentou que a decisão é acertada, demonstra planejamento e contribui para fortalecer a autonomia do Poder Legislativo. Na sequência, o Presidente registrou que, além do vereador Júnior do Povo, também recebeu essa solicitação do vereador Zé de Zuza, e que seu entendimento é buscar a estruturação de gabinetes com assessoria parlamentar. Relatou que, há cerca de três a quatro meses, iniciou tentativas de negociação para aquisição de terreno na lateral da Câmara, visando à ampliação do prédio, e que, caso não seja possível, seguirá buscando outra área próxima que comporte a estrutura necessária. Contudo, ressaltou que qualquer aquisição ou investimento somente será feito mediante viabilidade legal e cumprimento de todos os trâmites exigidos. **TEMA LIVRE:** sendo a última sessão ordinária do ano, o vereador Paulo Robson registrou que, apesar dos debates ocorridos ao longo do ano, considera que foram entregues produções importantes para a comunidade de Altaneira. No âmbito esportivo, destacou os campeonatos municipais de futebol Sub-15 e aberto, desejando sucesso às equipes finalistas e parabenizando a Secretaria de Esportes, na pessoa do secretário Clécio, do secretário adjunto Sérgio Morato e de toda a equipe, pelo trabalho desenvolvido tanto no esporte quanto na organização dos festejos de final de ano. Registrou ainda algumas participações que realizou ao longo da última semana, iniciando pelas apresentações da Escola 18 de Dezembro, onde alunos lançaram livros produzidos em parceria com a Editora Gráfica 1000 Artes, do professor Ademir Ribeiro, sem custos para os cofres públicos. Destacou o trabalho desenvolvido na Sala de Atendimento Educacional Especializado, elogiando as professoras Roseli e Rosinalva Martins, assim como o secretário Adeilton, e mencionou, com emoção, a participação de seu filho, Petrus Emanuel, como autor de umas das obras publicadas. Registrou ainda presença na Festa do ABC da Escola Fausta Venâncio, na noite de autógrafos da Escola Joaquim Soares e na formatura dos alunos do 9º ano da Escola 18 de Dezembro, ressaltando a importância desses eventos para estudantes e famílias, especialmente para crianças de origem humilde, que não poderiam arcar com custos de tais eventos. Parabenizou a Secretaria Municipal de Educação, na pessoa do secretário Adeilton, do secretário adjunto Reginaldo, de toda a equipe e da Prefeita Késia, pelo apoio e incentivo às ações educacionais. O vereador também registrou participação no evento “Louva, Altaneira!”, com apresentação do cantor Nani Azevedo, destacando a importância do evento religioso, fruto de alteração na legislação a pedido de lideranças evangélicas, com apoio do Governo Municipal que, na pessoa da Prefeita Késia, também esteve presente, assim como o Presidente Professor Deza Soares e o vereador Professor Nonato e a vereadora Professora Ana Maria. Ademais, destacou a participação do grupo Arte Tradição no evento Tarrafas de Luz de Tradição, em município vizinho, parabenizando os integrantes pelo trabalho cultural desenvolvido e por levarem o nome e a cultura de Altaneira para a região, com apoio do poder público municipal. Para encerrar, solicitou: “E para finalizar, senhor Presidente, se me permite só um minutinho aqui, é só uma solicitação que eu gostaria de fazer como Presidente da Comissão Permanente: que V. Ex.<sup>a</sup> pudesse entrar em contato com a assessoria jurídica acerca do requerimento que eu protocolei, enquanto Presidente, no dia cinco do doze, acerca da destituição do Relator, em substituição da relatoria com a justificativa já fundamentada, pois, não tive até agora nenhuma, nenhum retorno. Então, se V. Ex.<sup>a</sup> puder entrar em contato com a assessoria jurídica e nos encaminhar,





ainda que nós estejamos na última Sessão Plenária mas, muito em breve, no retorno do recesso, nós já precisamos dar continuidade aos nossos trabalhos na Comissão". Em uma questão de ordem, o vereador Júnior do Povo solicitou que a fala do Presidente da Comissão Permanente, vereador Paulo Robson, constasse na íntegra na Ata – conforme está redigido. Registrou que faz tal solicitação para que fique registrado, segundo suas palavras, "o tamanho e até onde vai a perseguição" que afirma estar sofrendo enquanto vereador e servidor do município, ressaltando que considera o registro uma prova da situação. Acrescentou que esta Casa deveria defendê-lo do que a gestão municipal faz contra ele, afirmando que a perseguição não atinge apenas sua pessoa, mas pode alcançar qualquer um dos nove vereadores. Destacou ainda que faz oposição à gestão municipal de forma firme, porém com coerência e sem ataques pessoais, e finalizou afirmando que, em sua avaliação, a perseguição estaria partindo do Poder Executivo e alcançando o Poder Legislativo. Pela ordem, o vereador Paulo Robson registrou que faz questão de que suas falas sejam registradas nas atas, como sempre ocorre, e enalteceu o trabalho da assessora Necilyan Martins, responsável pela redação das atas, destacando que não há cortes ou alterações de falas, razão pela qual as atas são sempre aprovadas por unanimidade e sem retificações. Em seguida, disse estranhar a fala do vereador Júnior do Povo, que ainda exerce a função de Relator da Comissão Permanente, ao acusá-lo, enquanto Presidente da Comissão, de perseguição, bem como ao afirmar que tal perseguição estaria partindo do Poder Executivo e que o Legislativo deveria defendê-lo. Esclareceu que não cabe aos vereadores realizar defesa pessoal, mas sim atuar em defesa do que estiver correto, mediante apresentação e comprovação dos fatos. Afirmou que, como Presidente da Comissão, apenas auxiliou em relação ao que o vereador Relator havia informado que faria e não realizou, lembrando que, quando foi apresentada a resolução referente à relatoria sorteada, conforme consta em ata, o relator afirmou que se retiraria da função, o que até o momento não ocorreu. Acrescentou que também houve registro de seis faltas consecutivas do referido vereador, conforme previsto no Regimento Interno, inclusive lembrando que houve sessões cujos horários foram alterados e previamente comunicados, em razão de justificativa apresentada pelo relator de que estaria de plantão. Ressaltou que compreende se o vereador se sentir perseguido pelo Poder Executivo, por qualquer motivo, porém rejeitou a acusação de perseguição por parte dele, enquanto Presidente da Comissão. Por fim, afirmou que não se sente responsável por qualquer perseguição e declarou que atua de acordo com o Regimento Interno da Casa. Dando continuidade ao tema livre, o vereador Professor Nonato fez uso do seu tempo regimental para, inicialmente, apresentar condolências à família Bitu, pela sua recente perda. Prosseguindo, parabenizou o altaneirense João, conhecido como "Garoto Beleza", que é um dos organizadores do time Portuguesa, que se classificou para a final do campeonato altaneirense de futebol. Externou as felicitações para o seu amigo Tula, por também ter conseguido levar o seu time, Juventude, para a final do campeonato, que acontecerá na próxima quarta-feira. Registrou ainda que "times pequenos estão desbancando os times badalados", e que dedicação e esforço são determinantes para os resultados, e não apenas recursos financeiros. Em seguida, afirmou que além de residir no município e cuidar e atender às pessoas que vão a sua porta, possui uma produção legislativa digna, registrando que participou de 49 (quarenta e nove) sessões ordinárias, correspondendo a 94,23% (noventa e quatro vírgula vinte e três por cento) de presença, já os outros 6% (seis por cento) por cento correspondem a sessões extraordinárias, e apresentou aproximadamente 40 (quarenta) matérias, sendo 30 (trinta) requerimentos, alguns apresentados com o Bloco da Maioria, relacionados, entre outros temas, à iluminação pública, reforma de praças, infraestrutura de comunidades e solicitação de serviços. Registrou ainda a apresentação de cinco projetos de lei, entre eles o que denominou prédio público na localidade da Taboquinha e o que proíbe a venda e circulação de bebidas alcoólicas em recipientes de vidro em espaços públicos. Informou também a apresentação de dois decretos legislativos, incluindo o que foi apresentado junto com sua bancada, e que sustou os efeitos da Portaria nº 137/2025 que, em suas palavras, "anulava a conquista dos concursados", além de projetos de indicação, como os que solicitam ar-condicionado em todas as escolas, garantia da gratificação de regência de sala aos professores e concessão de um dia de folga no aniversário do servidor municipal. Mencionou ainda a apresentação de emenda à Lei





Orgânica Municipal, juntamente com seus colegas de bancadas, tratando das emendas impositivas, embora a proposta tenha sido rejeitada. Encerrando, afirmou que atua na política por vocação e compromisso com a melhoria da vida da população e agradeceu a confiança da população, ressaltando o aumento de votos obtido na última eleição e reafirmando que continuará trabalhando em defesa do povo de Altaneira. O vereador Valmir Brasil registrou participação em atividades na Escola Joaquim de Moraes, onde acompanhou apresentações da educação infantil, com presença da Prefeita Késia. Informou ainda que, juntamente com o diretor da escola, o Professor Dhonny Nergino, realizou visita às instalações, ocasião em que foram apresentadas informações sobre o planejamento e os materiais já preparados para o ano letivo de 2026 (dois mil e vinte e seis), parabenizando a gestão escolar e toda a equipe pelo trabalho desenvolvido. Ressaltou, contudo, preocupação com as condições estruturais da referida escola, que, apesar de ter sido construída há menos de três anos, apresenta problemas como rachaduras, destacando que a Prefeita se comprometeu em adotar as providências necessárias, inclusive por ainda estar no período de garantia da obra. Defendeu que a situação seja resolvida, preferencialmente durante o recesso escolar, para garantir segurança no retorno das aulas. Registrou também sua participação na festa de formatura do 9º ano da Escola 18 de Dezembro, parabenizando a direção, professores e equipe pela organização do evento. Por fim, desejou a todos os altaneirenses um Natal de paz, luz e felicidade, e um Ano Novo com saúde e muitas realizações, manifestando votos para que o próximo ano seja de muito trabalho e projetos em benefício da população de Altaneira. A vereadora Professora Ana Maria manifestou solidariedade às famílias enlutadas, em especial aos seus familiares, pelo falecimento de sua prima Maria Cleonice de Souza, bem como à família de Francenilda Bitu, apresentando condolências e pedindo a Deus conforto para todos. Justificou sua ausência na formatura da Escola Fausta Venâncio, em razão de forte gripe, apesar de ter recebido o convite, e parabenizou a direção, professores, equipe escolar, alunos e pais pela realização de uma bonita festa, a qual acompanhou por meio das redes sociais. Igualmente, justificou ausência na noite de autógrafos da Escola Joaquim Soares da Silva, em virtude do falecimento de sua prima, agradecendo o convite e parabenizando, em nome do diretor Marcelo, professores e funcionários pelo projeto desenvolvido, destacando a importância do incentivo à leitura e à escrita. Registrou presença na formatura do 9º ano da Escola 18 de Dezembro, agradecendo o convite da diretora Cláudia Simone, parabenizando os formandos, pais, núcleo gestor e equipe escolar, e incentivando os jovens a continuarem os estudos como caminho para realização de sonhos. Também registrou sua participação no evento "Louva, Altaneira!", realizado no calçadão, afirmando que foi um rico momento de bênçãos, parabenizando os organizadores pela noite de louvor. Em outra pauta, relatou ter recebido nova denúncia sobre a persistência de problemas no abastecimento de água na comunidade do Prado, solicitando providências à CAGECE para solução urgente da situação. Para finalizar, agradeceu ao povo de Altaneira pela confiança, afirmando que tem aprendido ao longo de seu primeiro ano de mandato e reafirmando o compromisso de continuar votando em projetos que beneficiem a população, desejando a todos um Feliz Natal e um Ano Novo de paz, prosperidade e realizações. A vereadora Tia Janne também manifestou solidariedade às famílias de Cleonice e de Francenilda, desejando que Deus conforte os corações de todos os familiares. Após, parabenizou a Professora Ivonete pela iniciativa de trazer as crianças à Câmara Municipal, ressaltando a importância de apresentar, desde cedo, o papel do Legislativo para a população. Também enalteceu as comemorações escolares realizadas no final de semana, especialmente a Festa do ABC, da qual participou como madrinha do estudante Miguel, destacando a organização do evento, a emoção vivenciada e o envolvimento de pais e professores na celebração das conquistas das crianças. Ressaltou ainda a alegria e a participação dos jovens, afirmando que tais ações incentivam os estudantes a sonhar, perseverar e buscar conhecimento. Do mesmo modo, fez menção a Noite dos Autógrafos, do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) anos da Escola Joaquim Soares, registrando que o momento foi "lindo e especial", onde vinte livros foram assinados e entregues pelos próprios alunos, que também foram os autores. Ainda sobre a educação, parabenizou a diretora Cláudia Simone, o Secretário Adeilton e a Prefeita Késia pelo evento de colação de grau do 9º (nono) da Escola 18 de





Dezembro, afirmando que a cerimônia foi marcada por muita emoção, alegria e diversão. No momento seguinte, convidou a população para participar das comemorações do aniversário do Município, no dia 18 (dezoito) de dezembro, incluindo o hasteamento da bandeira, destacando que a programação representa a união entre cultura, educação e esporte, e desejando que a data seja um marco de união, prosperidade e fortalecimento da comunidade. A parlamentar destacou ainda a importância do papel fiscalizador dos vereadores, afirmando que o Legislativo deve analisar e acompanhar a gestão com responsabilidade, comprometendo-se a apurar denúncias somente quando houver fundamento, sem realizar acusações infundadas. Enfatizou a importância da data em alusão à inclusão social e dos direitos humanos, defendendo que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais, com equidade e pleno exercício da cidadania. Retomando aos eventos, enalteceu a realização do evento "Louva, Altaneira!", destacando que foi uma festa bem organizada, que ficará marcada na história do município, por oportunizar a participação da comunidade evangélica e reforçar o respeito e a liberdade religiosa. Saudou também o Dia do Engenheiro, em nome do engenheiro Bruno Arrais, estendendo cumprimentos a todos os profissionais da área e reconhecendo a importância do trabalho desses profissionais desenvolvido no município. Destacou, ainda, a conquista das mulheres altaneirenses que, por meio do Conselho da Mulher, houve a entrega de kits de estruturação à Associação das Mulheres, ressaltando que a iniciativa valoriza, reconhece e fortalece o potencial feminino, além de incentivar o empreendedorismo e reduzir desigualdades, fortalecendo as políticas públicas voltadas às mulheres. Pela conquista, saudou todas as mulheres altaneirenses em nome de Salete, Presidente da Associação. Ao final, agradeceu a todos os parlamentares, reconheceu os desafios do cotidiano, e desejou sucesso, sabedoria e muitas conquistas a cada um. O vereador Zé de Zuza também manifestou solidariedade às famílias altaneirenses que enfrentam a dor do luto nesse momento. Assim como os vereadores que o antecederam, parabenizou toda a equipe da Educação Municipal pelos eventos realizados, destacando, em especial, a Festa do ABC, a qual considerou um dos melhores eventos, afirmando que aquelas crianças representam o futuro de Altaneira. Parabenizou também a direção da Escola Fausta Venâncio e, em nome de sua esposa, a coordenadora Edna, estendeu cumprimentos a todas as coordenadoras e diretoras. Ainda nas felicitações, parabenizou o secretário de Educação, Francisco Adeilton, pelo desempenho e dedicação à frente das atividades educacionais. Registrou sua participação em outros eventos da pasta, incluindo o lançamento de livro e a formatura do 9º (nono) ano da Escola 18 de Dezembro, ressaltando que as crianças representam o futuro do município, futuros profissionais desejando que Deus abençoe e ilumine a vida de cada uma. Com alegria, informou que a localidade Taboquinha 02 já conta com abastecimento de água, beneficiando diversas famílias. Agradeceu à Prefeita Municipal, aos Técnicos Cicinho, às associações ASPROTATA e a do Tabuleiro e a todos que contribuíram para a realização do projeto, destacando que a conquista representa dignidade e qualidade de vida, afirmando que "água é vida". Informou ainda que, em breve, será realizada a inauguração do sistema, convidando desde já a população para participar. Sendo a última sessão ordinária do ano, destacou que 2025 (dois mil e vinte e cinco) marca seu primeiro ano como vereador, período em que apresentou projetos e requerimentos, reafirmando o compromisso de continuar estudando, se qualificando e trabalhando em parceria com os colegas parlamentares e com a administração municipal em benefício de Altaneira. Por fim, agradeceu a todos que confiaram em seu trabalho, desejou um Feliz Natal e um Ano Novo de paz, prosperidade e saúde. O vereador Júnior do Povo manifestou solidariedade às famílias enlutadas, em especial à família de sua amiga Cleonice e à família Bitu. Após, agradeceu aos eleitores altaneirenses pela expressiva votação que lhe garantiu a recondução ao segundo mandato, ressaltando que o resultado fortalece seu compromisso com a população, afirmando ainda que seu mandato é pautado na proximidade com o povo e que permanecerá à disposição de todos os cidadãos. Também registrou dados de sua atuação parlamentar no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), informando que seu índice de presença nas sessões foi de 92,31% (noventa e dois virgula trinta e um por cento) e o total de 46 (quarenta e seis) matérias, entre requerimentos, projetos, solicitações por ofício e apreciações de vetos, correspondendo a 23,35% (vinte e três virgula trinta e cinco por cento), o que faz dele, segundo sua





afirmação, o parlamentar que mais apresentou matérias. Destacou que tais resultados refletem os anseios da população e agradeceu aos demais vereadores pelas aprovações concedidas. Em seguida, manifestou profunda indignação por, em suas palavras, “a Prefeita Municipal e seu secretário incompetente Francisco Adeilton, baixou a portaria 529/2025 como processo administrativo contra a senhora Leocádia”. O vereador afirmou que esse foi um ato de covardia que a Prefeita Municipal acatou, saindo em defesa de que todos os envolvidos no episódio em questão deveriam ser punidos igualmente. Lembrando do vídeo divulgado nas redes sociais, voltou a afirmar que o ato foi “covarde” e “de perseguição”, solidarizando-se novamente com a ex-secretária e professora Leocádia. Classificou a medida como injusta e defendeu que fosse aberta investigação ampla para apurar todos os fatos e responsabilidades, inclusive envolvendo o secretário e demais servidores envolvidos. Em aparte, o vereador Professor Nonato declarou concordar com o vereador Júnior do Povo, afirmando que a Prefeita deveria, inicialmente, afastar os envolvidos e instaurar procedimento administrativo para apuração completa dos fatos, antes de qualquer punição individual. Afirmou que até concorda com o ato da Prefeita baixar uma portaria, desde que esta fosse para apurar o caso, e não para punir uma única servidora, sem que ao menos a problemática seja analisada. Diante do exposto, registrou que caso não seja baixada uma portaria com um processo administrativo para analisar o caso como um todo, investigar e punir os que estiverem errados, inclusive o secretário que é professor do município, e os demais professores que são concursados no município, só poderá concluir que o caso está revestido de arbitrariedade, perseguição política e autoritarismo. Finalizando, lembrou que a Prefeita Késia é a Prefeita do Município e precisa apurar os casos com seriedade e responsabilidade. Retomando a palavra, o vereador Júnior do Povo voltou a abordar o vídeo do episódio, reiterando que o tratamento adotado através da portaria foi desigual e reiterou a cobrança por rigor na fiscalização do caso e por um processo transparente, ressaltando que ninguém está acima da lei e concluindo que somente a investigação ampla poderá assegurar justiça. O vereador Paulo Geaneo manifestou solidariedade à família Bitu, pelo falecimento de Francenilda, e à família de sua amiga Cleonice, desejando que Deus conforte os corações de todos os familiares enlutados. Depois, parabenizou os organizadores do evento “Louva, Altaneira!”, destacando que o evento começou de forma simples e vem crescendo a cada ano, tornando-se um importante evento no município, com perspectiva de ser ainda maior nas próximas edições. Sobre o episódio ocorrido na Escola Joaquim Soares, afirmou que considera que todos os envolvidos deveriam ser responsabilizados, ressaltando que a porta de escola não é local para conflitos. Registrou, entretanto, que a decisão final cabe à Prefeita Municipal. Também fez suas considerações na última sessão ordinária do ano, agradeceu a Deus e ao povo de Altaneira por mais um ano de trabalho na Casa Legislativa, destacando que sempre votou e continuará votando em matérias que visem melhorar a vida da população. Agradeceu, de forma especial, às 524 (quinhentas e vinte e quatro) pessoas que confiaram em seu trabalho, desejando a todos os altaneirenses um Feliz Natal e um Ano Novo de paz, saúde e realizações. Em aparte, o vereador Júnior do Povo concordou com a necessidade de apuração dos fatos ocorridos na escola, afirmando que se trata de situação grave e que deve ser esclarecido quem, de fato, praticou as agressões e quem foi vítima. Também informou que o Promotor de Justiça, Dr. Ariel, realizou diligência e solicitou à gestão municipal, no prazo de dez dias, resultados de análises da qualidade da água dos últimos seis meses, especialmente de pontos de consumo como reservatórios, galões do Hospital Municipal, unidades de saúde e PSFs, bem como informações sobre as medidas adotadas para garantir a qualidade da água servida à população e cópias de eventuais contratos de aquisição de água mineral. Criticou o fato de, segundo ele, haver contrato no valor de R\$ 59.250 (cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais) para ter água mineral em eventos festivos, enquanto faltaria fornecimento adequado de água mineral para unidades essenciais, defendendo que a prioridade da gestão deve ser a saúde da população. O vereador Professor Deza Soares apresentou condolências às famílias Bitu e Clarindo, que enfrentam a dor do luto neste momento. Registrou sua participação em solenidades realizadas no município, entre elas a formatura do ABC da Escola Fausta Venâncio, agradecendo o convite e parabenizando as crianças por mais um passo em sua vida educacional, bem como os pais, educadores e núcleo





gestor. Registrou ainda presença na noite de autógrafos da Escola Joaquim Soares, destacando a importância do incentivo à leitura e à escrita, parabenizando as crianças autoras, os pais, os educadores e a escola, ressaltando sua satisfação em participar de eventos na unidade que leva o nome de seu pai. Informou também sua participação na conclusão do 9º (nono) ano, da Escola 18 de Dezembro, parabenizando os concluintes, educadores, núcleo gestor e a Secretaria de Educação de modo geral. Destacou também sua participação no evento "Louva, Altaneira!", ressaltando sua importância para a comunidade evangélica e para a vida espiritual da população. Sobre reclamações relacionadas ao sistema de som da Câmara, informou que não foi possível solucionar o problema ainda nesse ano, em razão de dificuldades técnicas e da ausência de propostas conclusivas por parte de profissionais consultados, reafirmando, entretanto, o compromisso de providenciar um sistema de som de qualidade no início dos trabalhos de 2026 (dois mil e vinte e seis). Quanto à atuação da Mesa Diretora, registrou que 2025 (dois mil e vinte e cinco) foi um ano voltado principalmente à organização interna da Câmara, com a implantação da Procuradoria da Mulher e a preparação para as atividades da Escola Legislativa, que deverá funcionar de forma mais efetiva no próximo ano, incluindo a realização de sessões itinerantes, além do reforço no transporte, com a chegada de mais um carro e a permanência do carro atual, para apoio às ações parlamentares e de assessoria. O parlamentar também registrou entusiasmo por participar de momentos importantes no município, onde envolvem a educação, saúde, cultura e desenvolvimento do município como um todo. Contudo, manifestou posicionamento sobre a portaria nº 529/2025, que instituiu comissão processante para condução de processo administrativo disciplinar, lamentando que isso tenha ocorrido, pois, do seu ponto de vista, ocorreu de forma incoerente e, possivelmente, fruto de uma má orientação jurídica, uma vez que, de acordo com o nobre, com uma boa orientação, o fato poderia ter ocorrido de forma diferente e com procedimento correto, avaliando a situação de todos os envolvidos. Lamentou que a medida tenha atingido apenas a servidora Leocádia, reforçando a defesa de que todos os envolvidos no episódio deveriam receber o mesmo tratamento e, em sendo necessário, serem todos afastados e submetidos à apuração, inclusive secretário, diretora e demais servidores, a fim de garantir investigação ampla, imparcial e com análise completa dos fatos, ressaltando que não defende condutas individuais, porém, da forma como está ocorrendo o procedimento, do seu ponto de vista, está havendo perseguição. Finalizando, agradeceu a Deus, aos vereadores e à população pela confiança, desejou a todos um Feliz Natal e reiterou seu compromisso com a transparência, com a harmonia entre os Poderes e com a atuação responsável em favor do município. Fazendo uso do seu tempo de líder do governo na Casa, o vereador Paulo Robson esclareceu que o que foi instaurado contra a servidora trata-se de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instrumento previsto na legislação do serviço público para apurar infrações funcionais e, quando for o caso, aplicar penalidades, assegurando sempre o contraditório e a ampla defesa. Informou que a instauração do PAD ocorreu com base em parecer jurídico nº 026/2025 da Procuradoria Municipal, emitido a partir do ofício nº 694, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, que comunica a ocorrência de fatos considerados graves atribuídos à servidora Leocádia Rodrigues. Segundo o ofício, a servidora teria tentado invadir, na manhã do dia 27 (vinte e sete), a Escola Joaquim Rufino durante a aplicação da prova do SPAECE, causando tumulto e perturbação dos trabalhos, além de suposta agressão física ao Secretário de Educação, Francisco Adeilton, conduta que é classificada como tentativa de intimidação e, ainda segundo consta no ofício, a servidora estaria agindo para atrapalhar a avaliação. Informa ainda que foi registrado boletim de ocorrência e solicitação de exame de corpo de delito e que o secretário requer a adoção de providências legais para apuração das infrações e aplicações das penalidades cabíveis. Então, pelo fundamento, a conduta da servidora, se comprovada, configura infrações disciplinares de natureza grave, como as tipificadas nos artigos 116 e 117 da Lei Municipal nº 540/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município), podendo resultar em penalidades como suspensão superior a trinta dias ou demissão. Ressaltou que, conforme o Estatuto, sempre que a infração puder ensejar penalidade dessa natureza, é obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, destacando a sindicância tem caráter investigatório e visa apurar a





ocorrência dos fatos, a autoria e materialidade, recomendando a aplicação de penalidades mais brandas ou instalação de PAD, sendo desnecessário para o presente caso, ressaltando mais uma vez a gravidade da conduta apontada. No presente caso, o ofício já apresenta indícios de infrações graves, que deverão ser melhor apuradas na sede de PAD, com observância de contraditório. Acrescentou que o parecer jurídico também opinou pelo afastamento preventivo da servidora, com fundamento no artigo 117 da Lei Municipal nº 540/2011, como medida cautelar, diante do risco de interferência na instrução processual e de possível influência sobre testemunhas e sobre o ambiente escolar. Para concluir, afirmou que todo o procedimento está sendo conduzido dentro dos trâmites legais, com garantia do direito de defesa da servidora, considerando o PAD um procedimento normal, previsto em lei e necessário para a apuração dos fatos. Na sequência, o vereador Professor Deza Soares afirmou que considera esse encaminhamento do Secretário de Educação como se fosse um Juiz envolvido em um escândalo e que ele mesmo fizesse um encaminhamento para condenar as pessoas que estavam envolvidas juntamente com ele. Avaliou que, caso o secretário não estivesse envolvido no episódio, teria legitimidade para encaminhar pedido de apuração e sugerir afastamentos; entretanto, estando entre os envolvidos, entende que o procedimento correto teria sido a Prefeita Municipal determinar o afastamento de todos os participantes para fins de investigação. Ressaltou que o afastamento preventivo não causaria prejuízo financeiro, uma vez que os servidores continuariam recebendo seus vencimentos enquanto os fatos fossem apurados. Novamente, criticou o fato de apenas uma pessoa estar sendo alvo de procedimento, afirmando que isso transmite a impressão de julgamento antecipado da servidora. Destacou que não pretende condenar previamente ninguém, mas defendeu que a comissão processante analise o caso com imparcialidade. Declarou, por fim, sua decepção com o procedimento do secretário, por mais que o considere uma pessoa inteligente, com boa atuação como professor e já tendo sido vereador e Presidente da Câmara, logo, segundo o vereador, ele tem o dever de muito bem saber como funciona a lei. Reiterou que não deseja antecipar nenhum julgamento, porém, nesse caso, entender que está transparecendo a falta de coerência e o encaminhamento para perseguição. Também fazendo uso de seu tempo de liderança, o vereador Professor Nonato registrou ser de suma importância, inicialmente, manifestar sua alegria em participar mais uma vez do evento "Louva, Altaneira!", destacando que não é a primeira vez que ocorre no município e que, em anos anteriores, já foi realizado, por mais que sem grandes repercussões. Parabenizou a Prefeita Municipal pela organização e, em nome do Pastor Joel, estendeu os cumprimentos a todos os pastores envolvidos, afirmando que participou do evento como crente e como alguém que foi ao local para ouvir a Palavra de Deus. Parabenizou ainda a Comunidade da Serra do Valério pela passagem de seus 107 (cento e sete) anos, ressaltando a hospitalidade, a coragem, a decência e a receptividade do povo daquela localidade, que o acolheu em suas duas campanhas. Afirmou ter admiração e respeito pela comunidade e reforçou que seu mandato permanece à disposição dos moradores, desejando bênçãos a todos. Em seguida, assim como todos os vereadores, apresentou condolências às famílias altaneirenses que se encontram enlutadas nesse momento. Na sequência, embora inicialmente não pretendesse se pronunciar sobre o assunto, afirmou ser impossível não tratar do caso envolvendo a professora Leocádia. Declarou que se trata de um processo administrativo contra uma mãe e uma mulher que, segundo as imagens divulgadas nas redes sociais, foi agredida, destacando que o vídeo não mostra a professora agredindo ninguém. Questionou, portanto, a versão apresentada pelo Secretário de Educação, ressaltando que ele é parte envolvida no episódio e, por isso, não deveria conduzir nem participar do encaminhamento do processo, o que, em sua avaliação, revela forte parcialidade no PAD. Sustentou que o procedimento aparenta já possuir resultado previamente definido, com o objetivo de prejudicar uma mulher agredida dentro de uma escola do município. Questionou o que estaria sendo apurado, diante da existência de indícios de parcialidade, e indagou quem garantirá a ampla defesa da professora. Acrescentou que as imagens mostram vários funcionários agredindo a docente na entrada da escola, distante das salas de aula, o que afastaria qualquer alegação de interferência na aplicação do SPAECE. Concluiu afirmando que, quando quem denuncia é o mesmo que alega ter sido agredido, não há garantia de um processo justo, entendendo





tratar-se de um procedimento montado para tentar, mais uma vez, prejudicar a professora. Encerrado o tema livre, a secretária Professora Ana Maria, por solicitação da Presidência, realizou a leitura de uma matéria protocolada na noite de hoje na Câmara, o Ofício nº 207/2025, do Poder Executivo, em atenção ao artigo 3º da Lei Municipal nº 996/2025, encaminhamos, em anexo, cópia do Decreto Orçamentário nº 014/2025. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Requerimento nº 117/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando contratos vigentes e/ou encerrados dos monitores vinculados à Rede Municipal de Ensino, abrangendo o que se pede no documento. Após a leitura da matéria, o vereador Júnior do Povo esclareceu que apresentou a matéria com o objetivo de garantir a transparência que, segundo afirmou, a gestão atual não possui. Informou que foi procurado por monitores que relataram terem sido aprovados em processo seletivo, porém, até o presente momento, não assinaram contrato, mesmo já existindo novo processo seletivo para monitores em diversos cargos. Destacou que, nessa situação, esses profissionais estariam trabalhando de forma irregular, sem vínculo formal. Reforçou que o requerimento busca obter da gestão municipal, por meio dos secretários Dário e Adeilton, a relação clara e objetiva de todos os contratos assinados, antecipando que não aceitará respostas “afrontosas”, como a recebida pelo vereador Professor Nonato do secretário Antônio Leite. Ressaltou que não quer apenas afirmações verbais, mas documentação comprobatória, pois seu pedido é amparado pela Constituição Federal. Acrescentou que a iniciativa do requerimento partiu dos próprios monitores, e que sua atuação se limita a representar a demanda da população. Pontuou que, caso exista algum contrato assinado, espera que seja devidamente encaminhado, e, se houve falha da gestão, que seja feita a correção, com o envio a esta Casa da relação de todos os contratos, vigentes ou não, preferencialmente no período de janeiro a dezembro, conforme solicitado no requerimento. Concluiu afirmando que, se a gestão não atender ao pedido, buscará outros meios legais para garantir o acesso às informações, ressaltando que o requerimento tem como finalidade fortalecer a transparência e o controle dos atos da administração pública. Após os esclarecimentos, a matéria foi posta em discussão e, não havendo nenhum escrito, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 2: Requerimento nº 118/2025, de autoria da Bloco da Maioria, solicitando envio de vídeos, filmagens e registros das câmaras de monitoramento de unidades escolares da rede municipal de ensino que participaram da aplicação do SPAECE. Após a leitura, o vereador Júnior do Povo afirmou que essa “novela” ainda renderá muitos capítulos e deixará gestores “sem dormir”. Destacou que existem câmeras de monitoramento nas escolas e que a simples divulgação das imagens seria suficiente para esclarecer os fatos, demonstrando quem está falando a verdade. Ressaltou que esta Casa tem o papel de fiscalizar e que, caso haja negativa no fornecimento das imagens, a Justiça poderá requisitá-las, não sendo aceitável a alegação de falhas técnicas ou panes, pois, afirmou que essa alegação, justamente na semana do ocorrido, evidenciará ainda mais a perseguição com a servidora Leocádia. O vereador esclareceu que todo o episódio se iniciou em razão de um suposto crime relacionado à falsificação de laudo médico apresentado em nome de um estudante, afirmando que o documento teria sido adulterado para enquadrar a criança “na portaria do SPAECE”, embora, segundo ele, a criança seja paciente da Unimed, e o laudo médico verdadeiro, emitido por profissional que acompanha a criança, não aponte as deficiências alegadas. Relatou que, ao visitar a Escola 18 de Dezembro, questionou a diretora sobre o funcionamento das câmeras e foi informado de que estariam desligadas, o que lhe causou estranheza, já que, segundo defendeu, quando não há irregularidade, não há motivo para ocultar registros. Acrescentou que também esteve na Escola Joaquim Soares, bem como na Escola Joaquim Rufino, onde ocorreu o episódio, e verificou a existência de câmeras, acreditando que as imagens poderão elucidar se a professora agrediu alguém ou se, ao contrário, foi ela quem sofreu agressões. Mencionou a Portaria nº 529, informando que pretende solicitar apoio da assessoria jurídica da Casa para analisar a possibilidade de anulação ou suspensão do ato, por entender que há outros servidores envolvidos que não foram incluídos na apuração, tendo sido direcionado procedimento apenas contra uma única servidora. Informou ainda que a servidora registrou boletim de ocorrência e que foi solicitada realização de exame de corpo de delito. Acrescentou que já foi





instaurada notícia de fato junto ao Ministério Público, e que o promotor, ao analisar a documentação apresentada, reconheceu a gravidade da situação, sobretudo por envolver uma criança de sete anos. O vereador afirmou que, em seu entendimento, a prioridade deveria ser o apoio à família da criança, e não a defesa automática de gestores ou servidores. Concluiu dizendo que, caso os fatos sejam comprovados, todos os envolvidos — incluindo secretários e demais responsáveis — deverão responder, pois, segundo destacou, contra fatos não há argumentos. Na discussão da matéria, o vereador Professor Deza Soares esclareceu que assinou, juntamente com os demais subscritores, o pedido de transparência, inclusive quanto à disponibilização das imagens das câmeras, entendendo que, se realmente existirem câmeras em funcionamento, a divulgação é uma forma de garantir transparência. Informou que, diante das falas sobre possível consulta à assessoria jurídica da Casa, esclareceu que ele próprio realizou consulta, na quinta-feira passada, tanto ao assessor jurídico da Câmara, Dr. Timóteo, quanto ao assessor jurídico da Comissão Permanente, Dr. Victor, acerca da possibilidade de anulação da portaria expedida pelo Executivo, considerando que, segundo seu entendimento, a gestão não estaria adotando providências em relação a todos os envolvidos. Relatou que a resposta recebida foi no sentido de que seria precipitado a Câmara tomar qualquer medida para anular portaria do Executivo, uma vez que se trata de Processo Administrativo Disciplinar, o qual deve respeitar o contraditório e a ampla defesa, como fundamentos do devido processo legal. Acrescentou ainda que qualquer servidor que se sentir prejudicado, ou entender que esteja sendo alvo de perseguição política, poderá buscar o Poder Judiciário, inclusive por meio de mandado de segurança, para questionar eventual ilegalidade. O vereador registrou que, diante dessas orientações, o Legislativo não possui competência para anular esse tipo de ato administrativo, devendo limitar-se a adotar apenas medidas que estejam dentro da legalidade, ressaltando que costuma seguir rigorosamente as orientações jurídicas. Todavia, destacou que, em sua avaliação pessoal, o ato é ilegal por não abranger a apuração em relação a todos os envolvidos, entendendo que caberá à Promotoria de Justiça ou ao Poder Judiciário analisar a legalidade do procedimento e decidir, de forma definitiva, sobre o que é correto ou não na situação. O vereador Júnior do Povo lembrou que houve a instauração da notícia de fato e a Conselheira Leocádia está sendo mencionada. Registrou que ainda mais grave será essa portaria ser juntada à referida notícia de fato para, segundo ele, concretizar a perseguição que a servidora está sofrendo. Momento no qual o vereador Professor Deza Soares registrou que o advogado que está acompanhando a servidora Leocádia certamente está formalizando a defesa e consequentemente, a Justiça decidirá. Assim, o vereador Júnior do Povo esclareceu que o processo está em segredo de justiça e ela não tem acesso, apenas as partes interessadas. Esclareceu que sua fala anterior foi no intuito de dizer que a servidora foi citada e ela pode juntar isso e afirmar, perante a Justiça, que está sofrendo perseguição política administrativa. Após, o vereador Professor Deza Soares esclareceu que o fato de estar em segredo de justiça não significa que a servidora não esteja preparando sua defesa. O vereador Professor Nonato afirmou que acompanhará a matéria não apenas por a ter subscrito, mas também por entender que o processo precisa ser acompanhado por esta Casa. Ressaltou que só acredita nos fatos quando vê provas, e que, diante do histórico da atual administração, considera difícil confiar apenas em versões verbais. Destacou que circula um vídeo mostrando a professora Leocádia sendo puxada pelo braço, arrastada e empurrada, enquanto, segundo o secretário de Educação, ele teria sido a vítima de agressão. Disse que a situação parece contraditória e comparou, em tom irônico, a uma “novela”, afirmando que não acredita na versão apresentada pelo secretário sem a apresentação das imagens das câmeras de segurança. Entretanto, reafirmou sua fala de que se retratará, caso o secretário encaminhe à Casa as imagens que ele próprio afirmou em entrevista possuir. Questionou qual seria o receio ou a dificuldade da gestão em encaminhar as imagens à Câmara, caso elas realmente existam, e afirmou que não aceita a justificativa de que as câmeras estariam desligadas, pois recebeu informação de que, no dia anterior, havia funcionário monitorando as imagens na escola. Defendeu que, se as câmeras estavam desligadas, isso precisa ser esclarecido, e, se não estavam, que as imagens sejam apresentadas para se saber, de fato, quem agrediu quem. Afirmou que não se trata de “política barata”, mas de fiscalização, e ressaltou que, embora seja





vereador de oposição, entende que a oposição também contribui para melhorar a gestão ao apontar problemas. Também classificou como gravíssima a situação envolvendo uma criança e sua família, afirmando que estes podem contar com seu apoio. Destacou que a suposta falsificação de atestado médico é fato sério, lembrando que o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 299, trata do crime de falsidade ideológica, que pode gerar, inclusive, perda do exercício profissional e pena de prisão ao responsável. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo registrou que se forem divulgadas imagens da servidora Leocádia agredindo o secretário Adeilton, também se retratará. Além disso, registrou que, segundo informações, vídeos mais longos e “mais pesados” teriam sido divulgados por uma assessora da própria gestão, mas que apenas o vídeo menor conseguiu ser salvo, enquanto os demais foram apagados. Contudo, segundo o vereador, há o registro dessas ações e o Juiz poderá solicitar mais informações sobre. Também registrou que, supostamente, o secretário teria ameaço com demissão se descobrisse quem seria a autora das divulgações, ao passo que a mesma reagiu também o ameaçando, afirmando que, caso fosse demitida, divulgaria os demais vídeos. Ao final, afirmou ainda que as imagens foram importantes para evitar que a professora fosse injustamente responsabilizada ainda mais. De volta com a palavra, o vereador Professor Nonato deixou a seguinte reflexão: “o mal por si só se destrói”. O vereador Paulo Robson registrou que, mantendo a coerência apresentada ao longo de seu mandato parlamentar, votará favoravelmente a matérias como essa, que visem à transparência. Contudo, destacou dois pontos que lhe causaram estranheza a partir das falas dos vereadores que o antecederam, incluindo o próprio requerente. Observou que, no requerimento, é solicitada a disponibilização de imagens de todas as escolas onde foram aplicadas as avaliações, porém, em fala anterior, um dos vereadores informou que esteve na Escola 18 de Dezembro, conversou com a diretora e foi informado de que as câmeras estavam ligadas, o que, segundo ele, já responderia quanto àquela unidade específica, restando, portanto, o envio das imagens das demais escolas. Em relação ao episódio ocorrido no dia 27 (vinte e sete), na Escola Joaquim Rufino, afirmou que a apresentação de imagens, especialmente se forem de câmeras com áudio, poderá contribuir significativamente para o esclarecimento dos fatos, assim como já ocorre em outros órgãos, a exemplo do Hospital Municipal, onde esse tipo de recurso tem auxiliado na elucidação de situações. Por outro lado, declarou não compreender de que forma imagens de câmeras poderiam esclarecer a questão levantada acerca de um suposto atestado falso. Ainda assim, ressaltou que, uma vez que o tema foi mencionado, considera fundamental que seja devidamente apurado. Afirmou que, se houver culpa por parte da servidora ou de qualquer outra pessoa envolvida, que todos tenham garantido o direito à ampla defesa e, sendo comprovadas irregularidades, que os responsáveis sofram as penalidades cabíveis. Enfatizou que a produção de um possível atestado falso envolvendo uma criança atípica é fato extremamente grave e que exige investigação rigorosa, por se tratar de crime. Acrescentou acreditar na ética profissional dos médicos e no juramento que realizam, afirmando achar difícil que um profissional se comprometa em situação dessa natureza. Também considerou improvável que diretores ou equipes gestoras das escolas municipais tenham coragem de cometer tal prática, citando sua própria experiência de seis anos como diretor de escola estadual, período em que jamais presenciou conduta semelhante. Finalizando, ponderou que é importante não se desviar da temática central do requerimento, que trata da transparência, e reafirmou seu voto favorável, como vem fazendo em todas as matérias dessa natureza ao longo da sessão legislativa. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Após, em razão de as duas matérias seguintes serem de sua autoria, o Presidente solicitou que a secretária, Professora Ana Maria, realizasse a leitura de ambas, sendo elas: Item 3: Requerimento nº 119/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando a manutenção do transporte escolar universitário de forma gratuita conforme vem sendo executado e Item 4: Requerimento nº 120/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando a Revitalização da Lagoa da localidade Serra do Valério. Finalizadas as leituras, o vereador requerente, inicialmente, tratou do requerimento referente ao transporte universitário, destacando tratar-se de uma bandeira que sempre defendeu nesta Casa, inclusive tendo participado da aprovação de dispositivo na Lei Orgânica Municipal que





assegura o direito dos universitários ao transporte escolar. Ressaltou que, à época, votou favoravelmente à matéria pela essência e pela necessidade, mesmo entendendo que poderia haver questionamentos quanto à sua constitucionalidade. Destacou que, após a inclusão do dispositivo na Lei Orgânica, nenhum gestor questionou juridicamente sua validade, razão pela qual entende que todas as gestões devem manter esse direito. Acrescentou que a manutenção do transporte universitário sempre foi pauta de campanhas eleitorais e bandeira de diversos gestores, ressaltando que o ex-prefeito Dariomar Rodrigues foi quem mais garantiu a gratuidade desse transporte, apesar de algumas dificuldades, e que gestores anteriores mantiveram parcialmente o benefício. Enfatizou que a atual gestão não pode deixar de cumprir esse compromisso. Informou que apresentou o requerimento após receber informações de universitários sobre a possibilidade de suspensão do transporte ou de mudança no modelo, com criação de associação e apenas repasse de contribuição por parte do município, o que considera contraditório ao discurso e às promessas de campanha. Esclareceu que o objetivo do requerimento é prevenir tal situação e não agir apenas após eventual prejuízo. Lembrou ainda que o atual Secretário de Educação, quando vereador e Presidente da Câmara, defendia que a manutenção do transporte universitário não é despesa, mas investimento, posição com a qual concorda e que continua defendendo. Em seguida, abordou requerimento relacionado à revitalização da Lagoa da Serra do Valério, demanda que já havia apresentado na gestão anterior, inclusive quando César Cristóvão atuava como secretário na gestão do Prefeito Dariomar, e que chegou a ser prometida, mas não executada. Assim, solicitou novamente empenho da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Infraestrutura e da Prefeita para a realização dessa ação, que considera muito importante para a comunidade da Serra do Valério. Para mais, reforçou requerimentos referentes ao calçamento também na comunidade da Serra do Valério, destacando trecho entre a Casa de Farinha e a residência do senhor Antônio de Cosminha, demanda também já apresentada pelo vereador Professor Nonato, bem como o calçamento entre a pracinha da comunidade e a quadra poliesportiva, solicitação que também já havia sido feita por ele na gestão passada. Para encerrar, afirmou tratar-se de dois trechos considerados necessários pela comunidade. Na discussão das matérias, a vereadora Professora Ana Maria parabenizou o vereador Professor Deza Soares pela iniciativa e declarou que os dois requerimentos contam com seu total apoio. Em relação ao transporte universitário, afirmou que os parlamentares devem lutar pela manutenção do transporte gratuito, ressaltando que muitos jovens altaneirenses cursam faculdade e enfrentam dificuldades financeiras para se manterem nos estudos, especialmente diante da necessidade de custear, além do transporte, despesas com livros, apostilas e alimentação. Destacou que o município possui poucas oportunidades de emprego para jovens, o que torna o transporte gratuito um importante incentivo para que continuem buscando um futuro melhor. Relatou, inclusive, experiência pessoal vivenciada por sua família, ao lembrar das dificuldades enfrentadas por seu irmão durante o período em que cursava faculdade, como forma de reforçar a realidade vivida por muitas famílias. Assim, chamou todos os vereadores a se unirem em defesa dos estudantes universitários, reafirmando que os jovens são o futuro de Altaneira. Quanto ao requerimento sobre a revitalização do açude da Serra do Valério, reforçou seu voto favorável e declarou que seu mandato está à disposição da comunidade para contribuir com as demandas locais. O vereador Júnior do Povo parabenizou o vereador Professor Deza Soares pela iniciativa e registrou, na condição de universitário e Presidente da Associação dos Universitários Altaneirenses, que em janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), quando ainda não era universitário, já havia ocorrido reunião com a Prefeita Municipal, na qual a gestão sinalizou a necessidade de existência de uma associação formalizada para viabilizar repasse de recursos, seja em forma de contribuição financeira ou bolsa, alegando inexistência de base legal para custear diretamente o transporte. Ressaltou que compreende as limitações jurídicas apontadas pela gestão, inclusive mencionando o dispositivo inserido na Lei Orgânica Municipal, mas destacou que nenhum ente federativo — federal, estadual ou municipal — possui, de fato, política legal consolidada que garanta, de forma permanente, o transporte universitário. Lembrou que, em gestões anteriores, houve períodos em que o custeio era compartilhado entre poder público e associação de universitários, bem como fase em que o transporte





foi assegurado integralmente pelo município, o que classificou como grande conquista para os estudantes. Relatou que, recentemente, em reunião com a Prefeita, Secretário de Educação e Secretária Adjunta de Governo, foi informado que, para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), a gestão não garante a manutenção do transporte, orientando os universitários a se organizarem, ocasião na qual informou que atualmente o custo aproximado do transporte gira em torno de R\$ 80.000 (oitenta mil reais). Diante disso, o parlamentar registrou preocupação quanto à viabilidade para os estudantes que não possuem condições financeiras de arcar com despesas. Acrescentou que a Prefeita solicitou à associação levantamento do número de universitários e estudo de custos, e que foi anunciada a possível chegada de um ônibus escolar “amarelinho”, embora ainda não haja informações sobre sua capacidade ou destinação. Defendeu que uma solução adequada seria o envio de projeto de lei à Câmara Municipal autorizando, de forma legal, a utilização dos ônibus “amarelinhos” para atender os universitários, ressaltando que a gestão não pode utilizar recursos da educação básica para esse fim, sob pena de ilegalidade, mas lembrando também que o transporte gratuito para os universitários foi uma promessa de campanha da Prefeita. Lembrou também a afirmativas de que os ônibus “amarelinhos” estavam sucateados, contudo, o parlamentar afirmou que, mesmo passado quase um ano de gestão, a situação não mudou e não houve nenhuma melhoria nesses veículos. Ademais, registrou que a gestão é feita de escolhas e solicitou união dos vereadores na busca de alternativas legais para solucionar a situação, afirmando que existem outros mecanismos possíveis, desde que haja planejamento da administração. Finalizou reforçando seu voto favorável na propositura. O vereador Professor Nonato registrou ser sempre prazeroso votar matérias dessa natureza, especialmente aquelas que buscam melhorar a qualidade de vida do povo de Altaneira no presente e no futuro, antecipando que votará favoravelmente às duas matérias. Em relação ao processo de revitalização da Lagoa da Serra do Valério, afirmou que se trata de ação mais do que merecida, diante da grande necessidade existente, destacando tratar-se de espaço cultural e de identidade da comunidade. Quanto ao transporte universitário, ressaltou que não é possível silenciar ou evitar o debate, pois a função do vereador é alertar previamente, em plenário, sobre situações que podem gerar problemas futuros. Destacou que administrar recursos públicos é diferente de administrar recursos pessoais, sendo necessário eleger prioridades, e questionou qual tem sido a prioridade da atual gestão. Relembrou suas críticas às despesas com eventos festivos, e registrou que tomou conhecimento de que o município investe aproximadamente R\$ 80.000 (oitenta mil reais) mensais com o transporte dos universitários, o que representa cerca de R\$ 960.000 (novecentos e sessenta mil reais) por ano. Comparou essas duas situações, comparando esse último valor ao montante gasto com festas no município, apontando que percentual relativamente pequeno dos recursos gastos em festas poderia assegurar a continuidade do transporte, evidenciando, em sua avaliação, que os universitários não têm sido tratados como prioridade e questionando se a gestão tomaria alguma atitude apenas se a lei obrigasse. Defendeu que os estudantes universitários devem ser prioridade absoluta, independentemente do tipo de veículo utilizado, por se tratar de investimento em educação e, consequentemente, no futuro do município. Acrescentou que, embora possua condições pessoais de custear despesas de estudo de sua filha, reconhece que a grande maioria dos estudantes não dispõe das mesmas condições, relatando, para ilustrar, situações de pedidos de ajuda por parte de universitários para aquisição de material didático, o que demonstra a realidade de vulnerabilidade de muitas famílias. Esclareceu não estar acusando a Prefeita nem dizendo que exista obrigação legal para custeio do transporte, porém ressaltou que há responsabilidade social e sensibilidade humana envolvidas. Defendeu que a gestão municipal busque meios legais para tornar viável e justa a política de apoio aos universitários, colocando-se à disposição para contribuir com qualquer iniciativa nesse sentido. Em contrapartida, antecipou que se a gestão propor uma solução que proporcione mais gastos a quem já vive em situação de vulnerabilidade, como ele próprio vivia na época de sua primeira graduação, esta não terá o seu apoio. Em aparte, o vereador Júnior do Povo afirmou que muitos evitam discutir o tema por falta de interesse ou por possuírem melhores condições financeiras, mas destacou que há risco de suspensão do transporte universitário. Informou que se colocou à frente da associação





por ser universitário e temer que os estudantes fiquem sem o serviço, assim como a Prefeita já vem “ameaçando” desde o mês de janeiro. Reforçou que, caso o município alegue impossibilidade de custeio, seja encaminhado projeto de lei autorizando a utilização dos ônibus “amarelinhos”, como já foi utilizado durante as duas gestões do ex-prefeito Dariomar Rodrigues. Observou que, atualmente, o transporte da educação básica e secundária é executado por meio de licitação, envolvendo empresa contratada com custo elevado, e que os ônibus do município encontram-se em estado precário, com diversos problemas nos veículos, como pneus carecas, pneus furados e para-brisas danificados, afirmando que não se pode atribuir tais condições apenas a gestão passada, pois em um ano seria possível ao menos realizar manutenções básicas. Classificou a situação como falta de gestão, ressaltando que, enquanto há recursos para realização de grandes festas nas áreas da educação, saúde e no âmbito municipal, existem carências graves, como falta de medicamentos e de cestas básicas. O vereador Professor Deza Soares esclareceu que não é contrário à criação de associação, ao contrário, sempre incentivou a organização das categorias. Ressaltou, porém, que, independentemente de existir associação ou não, o transporte universitário deve ser mantido conforme foi prometido. Recordou que, na gestão do Prefeito Dariomar, o serviço era realizado e, quando ocorria alguma falha, as críticas eram intensas. Relembrou ainda posicionamento do próprio Secretário de Educação, Francisco Adeilton, de que o transporte universitário não é despesa, mas investimento, entendimento com o qual sempre concordou. Destacou que não é aceitável que qualquer universitário deixe de frequentar a universidade por falta de transporte, lembrando que, quando participou da gestão municipal e de reuniões com estudantes, a principal reivindicação sempre foi essa, inclusive com apoio dos parlamentares. Por fim, apelou à gestão municipal para que veja a situação com sensibilidade e mantenha o transporte universitário, de forma organizada, assegurando o acesso e a permanência de todos os estudantes no ensino superior. Não havendo mais discussões sobre as matérias, as mesmas foram postas em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Ao final da votação, o Presidente Professor Deza Soares agradeceu o apoio dos colegas e registrou esperar a execução das proposições aprovadas. Item 5: Requerimento nº 121/2025, de autoria do Bloco da Maioria, solicitando os extratos das contas do Fundeb, vinculação 70%, 30% e 10%, se houver, correspondendo ao montante do mês de janeiro até o presente mês de dezembro, inclusive os termos de conciliação bancária do período referido. Encerrada a leitura, o vereador Professor Nonato registrou que o objetivo do requerimento é possibilitar um acompanhamento mais detalhado dos recursos oriundos do FUNDEB no município de Altaneira. Informou que, a partir de relatos de professores, verificou-se que o início do ano letivo ocorreu por volta do mês de março, bem como que as contratações de professores temporários e monitores aconteceram apenas a partir do mês de agosto. Diante disso, destacou que há preocupação por parte da categoria quanto à aplicação dos recursos do FUNDEB, razão pela qual solicitou informações, especialmente acerca do percentual de 70% (setenta por cento), 30% (trinta por cento) e 10% (dez por cento), se houver, bem como das conciliações bancárias, para que se tenha um controle mais preciso da movimentação desses valores. Acrescentou que os professores buscam saber se, ao final do exercício, haverá sobra de recursos, como ocorreu em diversos municípios vizinhos. Ressaltou que, caso não haja sobra, será necessário repensar a política educacional do município, visando garantir maior equilíbrio financeiro na pasta da educação. Para concluir, reiterou que, considerando o início tardio das atividades e das contratações, acredita ser necessário analisar cuidadosamente os recursos disponíveis, a fim de assegurar transparência e melhor planejamento. Na sequência, a matéria foi posta em discussão e, não havendo nenhum inscrito, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes no Plenário, registrada a ausência do vereador Valmir Brasil. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Professor Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, reforçando votos de Feliz Natal e próspero Ano Novo a todos, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2025.

*Paulo Roberto Brito de Almeida*